

# Raízes estão nos anos 60

*O padre Antônio Iasi explica por que o Cimi sempre lutou contra tudo e contra todos os que se opõem aos direitos indígenas*

O Cimi, cuja maioria estamos comemorando, nasceu na década de 70 — década das maiores e mais brutais violações dos direitos humanos no País —, mas suas raízes se encontram na década anterior, também violenta e repleta de acontecimentos que lhe fixaram suas características: uma ação missionária sem fronteiras, nem feudos, nem “ilhas” e uma luta contra tudo e contra todos os que se opunham aos direitos dos povos indígenas. O Cimi quis devolver aos índios o “porantim” e ajudá-los a brandi-lo!

O acontecimento mais importante na década de 60, em âmbito eclesial, foi, inquestionavelmente, a realização do Concílio Vaticano II — uma abertura das “janelas” da Igreja para olhar o mundo lá fora e sentir os eventos que o agitavam; foi o reconhecimento dos sinais dos tempos e a tomada de decisões “iconoclastas” (para as vestais de um fogo que já não aquecia a ninguém) de profundo respeito pelos valores das culturas e dos direitos dos povos, sobretudo dos mais oprimidos.

Impelido pelo mesmo espírito que animou o Vaticano II, o Cimi criou com antecedência de vinte anos a chamada “Nova Evangelização”. Nova não apenas na forma, o que já seria suficiente para assustar aqueles que ainda se reuniam para discutir a “pastoral da desobriga”, mas também no conteúdo, pois a Boa-Nova é perene, sempre renascendo de novo, do contrário não seria nem boa nem nova: era o anúncio da libertação dos povos indígenas e a denúncia das estruturas de opressão. O pânico estava criado dentro e fora dos muros da Igreja.

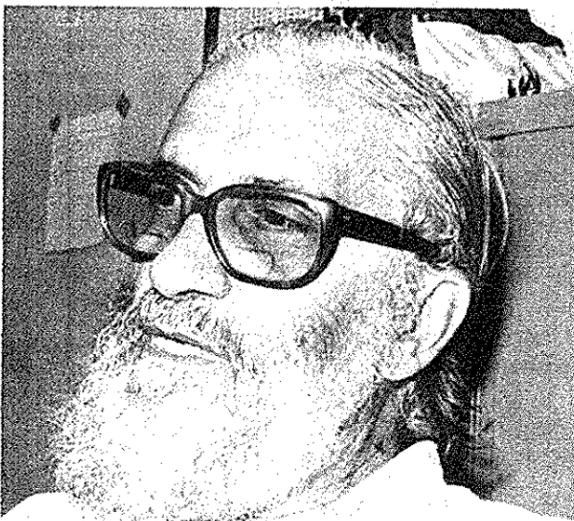
Os de fora diziam: “Não há a menor dúvida de que este senhor não está preocupado com os índios. Está apenas servindo à causa ideológica a qual, infelizmente, a Igreja resolveu aliar-se”. (Editorial do *Jornal da Tarde* a propósito do depoimento do secretário do Cimi na CPI do índio).

Os de dentro — estavam dentro? — diziam: “... desvinculei-me (do Cimi) em virtude de divergências de métodos e de orientação doutrinária”. (JVC) (José Vicente César)

Alguém, atrasado no tempo e no espaço, dizia: “Dificilmente se encontrará no mundo inteiro página mais estúpida e cruel do que essa antropologia do Cimi”. (Gustavo Corção).

**Queriam calar o Cimi já no nascedouro**

As autoridades responsáveis pela política indigenista oficial apelam a cardeal e núncio apostólico para si-



Raílda Herreno

Padre Antônio Iasi (SJ): um dos principais fundadores do Cimi

lenciar o Cimi ou afastá-lo das missões sempre dóceis aos governos. (Rangel Reis e general Ismarth de Araújo).

Neste clima é que nasceu e cresceu o Cimi, mas é importante ter presente outros acontecimentos da década de 60 que levaram os missionários, especialmente os que trabalhavam junto aos povos indígenas, a pensar na criação de um órgão que assumisse a causa destes mesmos povos.

O Secretariado Nacional de Apoio às Prelazias (SNAP) (1964), torna-se Secretariado Nacional de Atividade Missionária (SNAM) (1967), procura, entre os missionários, assessores para assuntos indígenas e promove encontros específicos de pastoral indigenista. Num destes encontros é que surge o Cimi.

Antes da fundação do Cimi, chegou-se a pensar na nomeação de um prelado pessoal com jurisdição sobre todos os índios, mas a idéia não se concretizou dada a impossibilidade de ele atuar em todo o território nacional. Seria um prelado pelado, como disse alguém.

**Os leigos passaram a ser companheiros**

Antes de passarmos a analisar os acontecimentos não eclesiais da década de 60, importa destacar a tomada de consciência, por parte dos leigos, de seu papel na Igreja, depois do Vaticano II e em consequência do mesmo. Eles já não são simples auxiliares do clero, mas companheiros empenhados numa mesma missão: construir o Reino de Deus na Terra.

Os leigos motivados pela fé e não apenas por alguma ideologia, associam-se e assumem projetos junto aos povos indígenas. Eles e os religiosos se completam e não raro, senão sempre, são “sinais” mais compreensíveis aos índios que os religiosos e religiosos celibatários.

A década de 60 é repleta de acontecimentos, na área civil, que influíram, direta ou indiretamente, na fundação do Cimi.

A mudança da capital do País levou o governo a construir as “estradas de integração nacional” e outras de simples conotação demagógica — “dar ao homem sem terra, a terra sem homem” — como a Transamazônica decretada no final da década.

A Transamazônica e as outras estradas planejadas ou construídas, posteriormente, como a Manaus-Caracará, a Perimetral Norte, a Cuiabá-Santarém, a BR-080, a BR-364, no trecho Cuiabá-Porto Velho, todas cortando áreas indígenas, levaram as doenças e a morte aos índios e ao esbulho de suas terras.

**Antecipando problemas da Transamazônica**

O Secretariado Nacional de Atividade Missionária (SNAM) preocupou-se, em 1970, com tal descalabro e enviou um dos seus assessores para assuntos indígenas a percorrer as áreas que seriam cortadas pela Transamazônica, com o objetivo de dialogar com prelados e missionários sobre os problemas que a estrada acarretaria para os povos indígenas e sobre as medidas urgentes a serem tomadas.

Inúmeras foram as constatações feitas por esse emissário, desde o despreparo dos missionários para fazer frente às novas realidades, a falta de recursos de toda ordem, a falta de colaboração entre as missões, o isolamento físico real e o isolamento cultural criado pelos próprios missionários inseridos apenas materialmente nas áreas, não inculturados, vivendo com o coração e o pensamento no País de origem e utilizando a língua materna como meio de comunicação entre si, até a falta de atualização dos métodos e conteúdo de evangelização. O Vaticano II ainda não havia chegado àquelas áreas!

O SNAM, ciente dessa situação, promove encontros e cursos com o objetivo de capacitar os missionários para melhor desempenho de sua função. Fala-se da cooperação e ação missionária, da assistência às prelazias e se diz também: “Além disso, o SNAM deverá estudar e resolver o espinhoso e delicado problema dos índios”.

**“A Igreja procura o caminho certo...”**

Realmente, no final da década de 60 e início da década de 70, são realizados encontros específicos da pastoral indigenista. Suas conclusões agradam tanto aos de dentro como aos de fora da Igreja. Um antigo diretor do Serviço de Proteção ao índio escreve: “Sinto-me feliz ao verificar... que a Igreja procura o caminho certo para salvar os remanescentes indígenas”. (J.M. da Gama Malcher)

Além da abertura das estradas na Amazônia, com suas desastrosas consequências, para os povos indígenas, outros acontecimentos na década de 60 levaram a Igreja a tomar uma posição decidida a favor desses mesmos povos.



Um desses acontecimentos foi a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que estudou os crimes contra os índios cometidos pelos próprios funcionários do Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

Outro foi a campanha no exterior sobre o extermínio dos índios no Brasil e a consequente permissão dada à Cruz Vermelha Internacional para vir ao País tomar conhecimento da realidade e, finalmente, a criação da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Este último acontecimento parecia ser o começo de uma era nova e de muita esperança no atendimento aos povos indígenas, por parte do governo.

**CNBB quis participar de Conselho da Funai**

Tal era esta esperança na CNBB que um de seus membros foi encarregado de entrar em contacto com o presidente da República e oferecer um elemento da mesma CNBB para formar parte do Conselho Diretor da Funai. Isto era “um dever de consciência”, dizia o documento enviado ao presidente. Dizia também que a Funai era “um organismo que apresentava as reais condições técnicas de funcionamento de uma política indigenista eficaz”.

Esta oferta não chegou a se concretizar quer porque a estrutura administrativa da Funai foi logo alterada, dada a “ingovernabilidade a que o órgão ficava submetido com tal Conselho”, segundo dizia o primeiro presidente da Funai, quer porque os militares não tardaram em tomar de assalto também a Funai, como tudo o mais, naqueles escuros anos da ditadura militar, na década que estamos analisando.

Finalmente, mas não menos importante, a elaboração, por parte do governo, de um novo estatuto jurídico do índio, motivou os missionários a se unirem em defesa dos povos indígenas. Acompanhar a discussão que se fazia no parlamento sobre o estatuto do índio foi tarefa do Cimi no seu primeiro ano de existência e também seu traço-de-união com o SNAM, que lhe entregava a bandeira da luta em favor dos povos indígenas.

Desde aqueles longínquos anos, a luta vem continuando. Missionários — leigos e religiosos — e não poucos índios tombaram na luta, mas os sobreviventes podem afirmar que a luta não foi em vão!

Padre Antônio Iasi